

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

DENIZE DOS SANTOS

**GESTÃO DE CONVÊNIOS FEDERAIS DE INFRAESTRUTURA PELA
PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI, UTILIZANDO A
FERRAMENTA DE INOVAÇÃO SICONV**

CACOAL/RO

2017

DENIZE DOS SANTOS

**GESTÃO DE CONVÊNIOS FEDERAIS DE INFRAESTRUTURA PELA
PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI, UTILIZANDO A
FERRAMENTA DE INOVAÇÃO SICONV**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado à
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR, Câmpus Professor Francisco Gonçalves
Quiles, como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a: Ângela de Castro
Correia Gomes

Cacoal / RO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S237g Santos, Denize dos.

Gestão de convênios federais de infraestrutura pela prefeitura municipal de Presidente Médici, utilizando a ferramenta de inovação SICONV / Denize dos Santos. -- Cacoal, RO, 2017.

35 f. : il.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Angela de Castro Correia Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) -
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Município. 2. Transferências Voluntárias . 3. Critérios de captação de recursos. 4. SICONV. I. Gomes, Angela de Castro Correia. II. Título.

CDU 658:35

GESTÃO DE CONVÊNIOS FEDERAIS DE INFRAESTRUTURA PELA PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI, UTILIZANDO A FERRAMENTA DE INOVAÇÃO SICONV¹

Denize dos Santos²

RESUMO:

Este trabalho aborda o processo de adesão e captação dos recursos financeiros pelos gestores públicos, por intermédio de transferências voluntárias disponíveis em programas, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, do Governo Federal. Propõe-se levantar dados do SICONV e entender o procedimento dos gestores que estiveram à frente da Prefeitura de Presidente Médici, nos períodos de 2009 a 2012 e 2013 a 2016, observando os critérios utilizados em aderir convênios e contratos de repasses que tiveram como objeto obras de infraestrutura. Para a realização da pesquisa foram utilizadas como técnicas a pesquisa bibliográfica, documental, com levantamento de dados registrados no portal de convênios, e a entrevista, realizada com um dos gestores. Com o resultado e análise dos dados, ficou demonstrada a maior incidência de adesão a convênios por meio de emendas parlamentares e foi observada a presença de poucas propostas voluntárias no município. Isso interfere nas ações dos gestores, que não atuaram na aplicação de políticas públicas planejadas e nem com a participação da comunidade, tendo em vista que os recursos originários de emendas já possuem objetos definidos, restando ao gestor apenas executar os convênios. Sugere-se um estudo dos impactos que os recursos de emendas parlamentares representam em municípios de pequeno porte, e dos recursos concedidos pelo Ministério da Defesa, especificamente pelo Programa Calha Norte, e que haja a democratização de captação de recursos federais utilizando a ferramenta de inovação SICONV.

PALAVRAS-CHAVE: Município. Transferências Voluntárias. Critérios de Captação de Recursos. SICONV.

INTRODUÇÃO

O Brasil passou por importantes mudanças com a constituição de 1988, dentre elas, desenvolveu sua organização política administrativa atribuindo às esferas de governo autonomia e responsabilidade em atender as demandas por serviços públicos que proporcionassem melhor qualidade de vida à população.

¹ Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração sob orientação da Prof.^a Dra. Ângela de Castro Correia Gomes.

² Acadêmica do 8º período do curso de Administração da UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: denizesantos.adm@gmail.com

A partir disso, observou-se uma crescente ascensão de subsídios financeiros aos municípios brasileiros, oriundos de transferências constitucionais, legais e voluntárias de outras esferas federativas e decorrentes do processo de descentralização, por meio de convênios e contratos de repasse.

Os municípios enfrentam dificuldades em atender demandas por áreas como saúde, educação, assistência social e infraestrutura. Grande parte deles possui baixa arrecadação e depende de subsídios que os governos estaduais e federais repassam periodicamente. Sobra muito pouco aos municípios do que lhes provêm de fundos de participação e arrecadação própria. Devido a isso, as transferências voluntárias se transformam em figura participativa no orçamento, tornando-se essenciais à sobrevivência desses entes federados (SOARES, 2012).

Segundo Gallo *et al.* (2016), o governo federal reconhece as desigualdades existentes entre as regiões brasileiras: Norte, Nordeste se destacam como as regiões mais pobres, Sul e Sudeste (as mais ricas), e tenta atenuá-las com a distribuição de recursos por meio das transferências voluntárias, através dos Ministérios, visto que as demandas locais expandem a cada dia e os recursos ainda não são satisfatórios para supri-las. Advertem que é necessário que a entidade pública organize e capacite os agentes públicos para a habilitação das propostas de transferências voluntárias.

No momento em que o gestor público busca analisar se as áreas para as quais o governo federal disponibiliza recursos são aquelas que realmente necessitam, observando aspectos locais, sociais, culturais e utilizando instrumentos de planejamento e diretrizes orçamentárias, obtém melhor imagem institucional e processo de cooperação mútua (GALLO *et al.*, 2016). Diante do exposto, esta pesquisa buscará responder a seguinte questão: **Qual o critério utilizado pelo Gestor no momento de decidir sobre a adesão ou não de um convênio de infraestrutura?**

Portanto, o objetivo geral da pesquisa foi identificar o processo de adesão aos Convênios federais de infraestrutura pela Prefeitura de Presidente Médici. Já os específicos foram: levantar os critérios utilizados para a tomada de decisão ou adesão dos convênios; descrever os objetos dos convênios (temas ou ações dos projetos); verificar a forma de gestão desses convênios após conclusão da ação.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo Matias-Pereira (2012), entender o significado de administrar implica em planejar, organizar, dirigir e controlar organizações. Nesse sentido, a administração pública surge como o sujeito ativo de uma determinada esfera de governo, capaz de ordenar e normatizar processos que atendam o interesse público, por meio de políticas públicas. De acordo com Moraes (2007, p. 310), "[...] a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar interesses coletivos como saúde, educação e proteção à infância [...]", sendo que tais serviços se estendem às diferentes esferas.

É característica da administração pública a relação de responsabilidade direta com o processo histórico global quando se objetiva o desenvolvimento social e estabelece a sua missão em face das novas necessidades, sem comprometer sua capacidade coletiva e simultânea (TEIXEIRA; SANTANA, 1995). A administração pública deve assegurar à sociedade, por meio de seus recursos e instituições, resultados satisfatórios que vão ao encontro da essencialidade de suas necessidades (GALLO *et al.*, 2016).

1.1.1 Serviços Públicos

De acordo com Meirelles (1996), serviço público é aquele oferecido pela administração pública através de seus agentes, de forma direta ou indireta, com o propósito de atender e satisfazer as necessidades de uma coletividade. Torna-se atribuição primordial da administração pública oferecer utilidades aos administrados, não se justificando sua presença senão para prestar serviços.

Na esfera municipal, a competência do município em planejar, organizar e dirigir os serviços públicos essenciais como saúde, educação, assistência social e infraestrutura, às suas necessidades locais, é o que o torna autônomo administrativamente perante a Constituição Federal.

Conforto (1998) ressalta que a produção de serviços públicos com responsabilidade, pelos governos municipais, os deixa mais próximos da democracia e faz com que o representante eleito possa definir melhor suas escolhas e tomar decisões em consonância com o interesse do público que o escolheu. A promoção dos serviços públicos é concomitante ao seu planejamento.

1.2 PLANEJAMENTO PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.2.1 Planejamento na Administração Pública

Para Mileski (2003), devido à inconsistência de atendimento aos serviços públicos locais, o poder público necessita planejar suas atividades e aplicá-las de maneira mais inteligente.

De acordo com Maximiano (2007), planejar significa preparar o futuro de uma organização por meio de um processo de tomada de decisões que serão colocadas em prática, afim de proporcionar uma melhor gestão. Corroborando com Maximiano, para De Almeida e Queiroz (2014) o processo de planejamento é um exercício extremamente importante para as organizações públicas e privadas, haja vista as necessidades de adequações às realidades sociais, políticas, culturais, tecnológicas e econômicas contemporâneas.

Planificar é definir prioridades, é definir, com antecedência, objetivos, ações e metas utilizando-se de uma metodologia predefinida. Não deve ser estático, visto o dinamismo da sociedade e da sua economia. Por esta razão, faz-se necessário, na escolha do modelo lógico, definir, os processos de decisão e avaliação para adoção de ajustes e revisão de rumos com celeridade (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2013, p. 32).

Braz (2006) propõe que o gestor municipal tenha por obrigação zelar pelo processo duradouro de planejamento, a fim de propor a população o avanço na prestação de serviços públicos municipais.

Seu planejamento deve estar relacionado á servidão da ação administrativa e a planos primeiramente elaborados, dentro da capacidade do Município, objetivando a redução das desigualdades sociais, respeitadas as características da cultura local, com preservação do patrimônio ambiental, natural e constituído (BRAZ, 2006, p. 547).

No Brasil, o planejamento possui características intergovernamentais de acordo com sua organização administrativa, que concede autonomia política, administrativa e financeira às esferas de governo (MATIAS-PEREIRA, 2012).

De acordo com o entendimento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2013) o planejamento deve ocorrer em longo prazo, estabelecendo requisitos de sustentabilidade e governabilidade, que atenderá áreas sociais, econômicas, políticas e ambientais. Isso torna o processo participativo e eficiente em todos os setores da sociedade.

Andrade *et al.* (2006) ressaltam que planejar a administração pública é uma função imprescindível do gestor público. Só o planejamento é capaz de consertar e ao mesmo tempo propor mudanças aos problemas existentes à coletividade. Uma administração será eficaz e eficiente se conseguir planejar com qualidade o caminho que levará ao bem estar da população.

1.2.2 Os Instrumentos de Planejamento Municipal: PPA, LOA e LDO

De acordo com Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988), foi atribuído ao poder executivo a responsabilidade pela criação de instrumentos de planejamento e orçamento através de leis específicas. A constante prática do planejamento na administração pública implica em corrigir distorções administrativas, alterar condições indesejáveis, remover empecilhos e alcançar metas essenciais, visando inspirar os rumos da boa ou má gestão pública (ANDRADE *et. al.*, 2006). Dessa forma, o país adotou uma estrutura orçamentária baseada em três documentos em todas as esferas de governo: Planos Plurianuais - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Leis Orçamentárias anuais - LOA.

Na perspectiva de Mileski (2003), o planejamento municipal é deficiente e atua com dificuldades de toda natureza, o que impede a tomada de decisões relativa à adoção de programas pertinentes à satisfação de suas necessidades.

1.2.2.1 Plano Plurianual - PPA

O Plano Plurianual - PPA é o instrumento técnico de planejamento que visa orientar os gestores a aplicar programas de governo com período de validade de quatro anos (MILESKI, 2003).

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento que expressa o planejamento do governo federal, estadual e municipal para um período de quatro anos, tendo como objetivo principal conduzir os gastos públicos durante a sua vigência, de maneira racional, de modo a possibilitar a manutenção do patrimônio público e a realização de novos investimentos (ANRADE *et al.*, 2006, p. 122).

Como afirmam Andrade *et al.* (2006), o PPA é de suma importância para o gestor público, pois irá orientar a execução de programas de trabalhos planejados no período.

Para a CNM (2013), o PPA se constitui num dispositivo de planejamento estratégico para ser utilizado pelo gestor para demonstrar propostas de trabalho e políticas públicas de longo prazo, e os respectivos objetivos a serem alcançados e avaliados fisicamente.

1.2.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

De acordo com os estudos de Torres (1999), a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi influenciada, em parte, pela Constituição da República Federal da Alemanha e da França. Ela compreende as metas e prioridades da administração pública na aplicação do orçamento e orienta a concepção da lei orçamentária anual.

Torres (1999) descreve que a lei de diretrizes orçamentárias se resume em um plano prévio, fundamentada em considerações econômicas e sociais, para a imediata elaboração da proposta orçamentária do Executivo.

Assim, Andrade *et al.* (2006) apontam que a LDO serve de elo entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual, pois tem por objetivo o planejamento de metas e prioridades da administração pública na aplicação de suas receitas durante a execução do orçamento.

A LDO é caracterizada como um instrumento de planejamento para concretização de um plano governamental, cujo objetivo é a elaboração do orçamento, devendo ser aprovada em lei (CNM, 2013).

1.2.2.3 Lei Orçamentária Anual - LOA

A Lei Orçamentária Anual - LOA é o instrumento criado para execução de metas descritas na LDO e que visam atender a sociedade. É ela quem assegura a gestão anual de recursos, bem como sua aplicação pela administração pública (CNM, 2013).

Segundo Andrade *et al.* (2006), a LOA estabelece orçamentos distintos dentro da administração pública, os quais contemplam os planos que o governo possa realizar em suas diversas áreas. Ela é responsável pelo conjunto de previsões de receitas compartilhadas em programas que proporcionarão a aplicação de políticas públicas, pois

Orçamento público ou orçamento programa é a materialização do planejamento do Estado, quer na manutenção de sua atividade (ações de rotina), quer na execução de seus projetos (ações com início, meio e fim). Configura o instrumento do Poder Público para expressar seus programas de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos (receitas) a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios (despesas) a serem efetuados (ANDRADE *et al.*, 2006, p. 133 e 134).

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF normatiza a LOA por meio de seus dispositivos e evidencia a necessidade de o gestor manter a coerência de seus instrumentos de planejamento (ANDRADE *et al.*, 2006). Porém, no entendimento de Campello e Matias (2000) a LOA tornou-se apenas um legítimo documento burocrático, deixando de lado a atribuição de controle e proposta de aplicar as metas de execução de planos eficazes e eficientes, verificando somente a legalidade dos atos da administração pública.

A **Fig.1** demonstra o fluxo de elaboração dos instrumentos de planejamento no orçamento da União. Todo esse processo implica na distribuição de recursos por meio de transferências legais, constitucionais e voluntárias, repassados aos entes federativos.

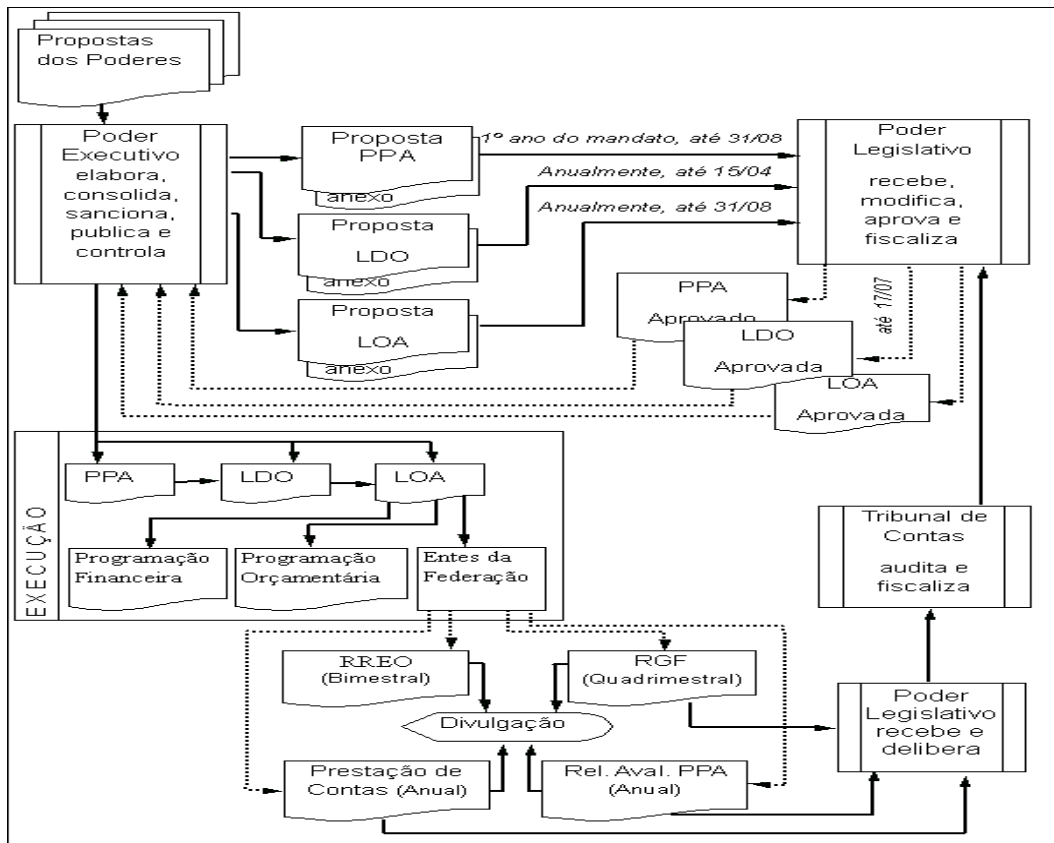


Figura1: Fluxo de Elaboração do Orçamento
 Fonte: MOGNATTI (2008, p. 21)

1.3 GESTÃO MUNICIPAL E O FINANCIAMENTO DAS AÇÕES PÚBLICAS

O município é o *locus*³ do cidadão. Nele a demanda por serviços públicos essenciais é maior, o que obriga o gestor a apresentar soluções à população. Junto ao município existe um pacto federativo que estabelece a cooperação das esferas de governo para prestação de serviços e políticas sociais (ECKERT, 2010). Visando isto, a gestão pública deve ser planejada de tal modo que estabeleça o controle e a responsabilidade dos recursos públicos (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Segundo Eckert (2010), devido à carga de responsabilidade atribuída aos municípios, é produzido, naturalmente, um excesso de despesas no orçamento municipal, tornando-os incapazes de cumprir com todas as obrigações.

Uma saída a esta situação e tantas outras que se apresentam está no regime de colaboração com os demais entes especialmente a União, permitindo financiamento das ações por meio da celebração de convênios (ECKERT, 2010, p. 18).

³ *Locus* refere-se a lugar determinado, lugar específico.

Desta forma, o gestor municipal irá ao encontro das transferências voluntárias, a fim de financiar ações que possibilitem captar recursos para atender áreas consideradas emergentes ou de interesse aos seus planos de trabalho e, assim suprir as necessidades da sociedade com serviços públicos (ECKERT, 2010).

Diante disso, o processo de legitimação das decisões na administração pública assume importância fundamental. As decisões são individuais, podendo ser precisas ou incorretas e ainda assim refletir nos serviços prestados à sociedade (SANTANA; TEIXEIRA, 1995). Aufere-se uma estrutura hierarquizada e centralizadora que

Em face da pouca liberdade dos escalões inferiores para tomar decisões, o processo decisório tende a seguir um fluxo marcadamente vertical com baixa utilização de comunicações horizontais e diagonais, que poderiam dar maior rapidez e transparências às decisões (SANTANA; TEIXEIRA, 1995, p.15).

No entendimento de Manea (2012), cabe ao gestor empenhar-se para aplicar políticas públicas levando em consideração aspectos culturais, econômicos e locais, no momento em que busca destinar recursos para a realização dos serviços públicos; ainda, optar por processos decisórios participativos e democráticos que planejem o município para o futuro.

1.4 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Devido ao processo de descentralização ocorrido no Brasil, os municípios ganharam autonomia administrativa, mas também as responsabilidades em suprir as necessidades por serviços públicos locais. No entanto, os municípios detêm um orçamento restrito, sendo incapazes de prover por toda demanda existente por serviços públicos. Por isso, faz-se necessário que o governo federal destine uma porção de seu orçamento para atender os municípios desprovidos e carentes da federação por meio de transferências (IGNARRA, 2014).

As transferências de recursos federais aos municípios podem ser classificadas nas seguintes modalidades: a) constitucionais; b) legais; c) do Sistema Único de Saúde (SUS); d) direta ao cidadão, e) voluntárias. Estas em consonância com a CGU (2005). As transferências

voluntárias estabelecem a política assistencial e cooperativa do governo federal para as demais esferas, por meio de recursos correntes ou de capital.

Os municípios representam uma capacidade de implementar políticas públicas capazes de atenuar o cenário marcado pela severidade orçamentária, dados os gastos com pessoal, consumo governamental, despesas financeiras e alta vinculação das receitas a gastos sociais (SOARES, 2012).

Os principais exemplos de transferências voluntárias no Brasil decorrem da celebração de convênios, acordos e outros instrumentos, como os contratos de repasse. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabelece critérios específicos para sua execução:

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2000).

Conforme o Tribunal de Contas da União (TCU, 2016) a disposição e aplicação de legislação concernente às Transferências voluntárias estão dispostas no Decreto nº 6.170/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 507/2011 dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Chefe da Controladoria-Geral da União, através do Decreto nº 6.170/2007, pelo qual foi instituído o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, bem como o portal de convênios do governo Federal www.convenios.gov.br. Tudo normatizado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que atua como regulador do preparo dos percentuais de contrapartida dos interessados, requerendo a disponibilização das informações referentes aos convênios do SICONV.

Ainda de acordo com o TCU (2016) os entes federados contemplados com as transferências voluntárias devem seguir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal -Lei Complementar nº 101/2000, e os órgãos da administração pública precisam observar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 8.666/1993, na contratação de terceiros, devendo a modalidade pregão ser aplicada na forma eletrônica e na aquisição de bens e serviços comuns, conforme a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.504/2005.

Como explica May (1969) e Prado (2001) (*apud* Soares, 2012, p. 21), um dos objetivos das transferências intergovernamentais em federações é promover maior equalização fiscal entre as unidades territoriais, dotando os entes com menor poder de arrecadação tributária de recursos suplementares para que cumpram com suas atribuições governamentais, visando proporcionar o mínimo de bem-estar social a todo indivíduo.

Nesse contexto, pelo entendimento de Soares (2012), as receitas das transferências voluntárias da União estão sob o controle do nível central, que é o Executivo, com ampla autonomia para definir o volume destes recursos e quais destinatários e políticas serão beneficiados, dificultando conhecer o caráter destas transferências, se mais ou menos equitativo.

1.4.1 Modalidades de Transferências Voluntárias

As modalidades de transferências voluntárias são três, conforme regulamenta o Decreto nº 6.170/2007: convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada (BRASIL, 2007). No entanto, mesmo com essa diferenciação entre esses recursos, aplica-se a caracterização extensiva de convênios (IGNARRA, 2014).

Neste contexto, a definição de convênios encontra-se no Decreto nº 6.170/2007, em seu parágrafo 1º, onde se lê:

§1º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - convênio, acordo, ajuste ou qualquer instrumento formal que discipline as transferências de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (BRASIL, 2007).

Segundo Soares (2012), esse dispositivo jurídico, que tem como regra dois sujeitos, o concedente e o conveniente, regulamenta a transferência de recursos públicos da União aos municípios para o cumprimento de políticas públicas de interesse coletivo, com duração definida e em regime de mútua cooperação, o que envolve contrapartida financeira do município e co-responsabilidade na aplicação e fiscalização dos recursos.

No entendimento da CGU (2005), os convênios são instrumentos que disciplinam as obrigações e as regras que devem reger as relações de dois ou mais partícipes (Governo Federal e Prefeitura, por exemplo) que tenham interesse em atingir um objeto comum, mediante formação de uma parceria. Seu escopo está em captar recursos para a realização de projetos, atividades e aquisição de bens, celebrando o interesse recíproco entre concedente e conveniente (IGNARRA, 2014).

Já os contratos de repasse decorrem da transferência dos recursos financeiros interpostos por uma instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União. A instituição que mais fortemente vem operando essa modalidade de transferência é a Caixa Econômica Federal, que celebra e fiscaliza os contratos com os municípios (TCU, 2016). Por conseguinte, como menciona Ignarra (2014), os termos de parceria são instrumentos capazes de permitir à União transferir valores às entidades privadas sem fins lucrativos, para que as mesmas realizem serviços essenciais à população. É caracterizado como instrumento jurídico pelo Decreto nº 9.790/1999, para transferir recursos a Organizações Sociais de Interesse Público.

1.4.2 Ferramenta de Inovação SICONV

Com a estruturação de um modelo de planejamento governamental, foi criado, em 1967, por meio do Decreto - Lei nº 200, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, hoje denominado como Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atribuindo-lhe a responsabilidade das atividades de planejamento, orçamentação e modernização (MATIAS-PEREIRA, 2012).

De acordo com o TCU (2014), o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com o intuito de promover uma gestão de recursos planejados e com inovação, desenvolveu, em plataforma *web*⁴, e disponibilizou, em 1º de julho de 2008, o Portal de Convênios, que passou a ser exigido para a celebração, a liberação de recursos, o

⁴*Web* que corresponde a rede mundial de computadores, designação através da qual a Internet se tornou mundialmente conhecida a partir de 1991.

acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios oriundos de transferências voluntárias pela União.

O SICONV é um sistema informatizado do governo federal no qual serão registrados todos os atos relativos ao processo de operacionalização das transferências de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, desde a sua proposição e análise, passando pela celebração, liberação de recursos e acompanhamento da execução, até a prestação de contas [...] (CGU, 2014, p. 16).

Com isso, a União busca, por meio desses instrumentos, estabelecer agilidade e transparência às transferências voluntárias de recursos federais (TCU, 2014). A democratização na distribuição de recursos públicos por meio de transferências voluntárias foi ampliada com a implantação do SICONV. Logo, foi conferida às esferas uma igualdade no que tange à propositura de condições para postular por recursos federais (GALLO *et al.*, 2016).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem desse estudo foi determinada pelo interesse de investigar os critérios de decisão que levaram os gestores do município de Presidente Médici a aderirem convênios federais de infraestrutura e se consideram as necessidades do município

Trata-se de um estudo exploratório descritivo. A pesquisa exploratória tipifica os poucos dados, procura investigar ideias e construir hipóteses na formação de respostas (SANTOS, 2005). Já a pesquisa descritiva se aplica quando o pesquisador expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, e também pode estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 2010).

A abordagem foi qualitativa e utilizou-se o método dedutivo, e este, segundo Gil (2008), parte dos princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis, e possibilita chegar a conclusões de maneira estritamente lógica. Tem sua origem em princípios verdadeiros. A coleta de dados ocorre no ambiente natural e preocupa-se com a realidade e

contextos específicos. Quanto às técnicas de coleta de dados, foram utilizadas a revisão bibliográfica, a análise documental e a entrevista.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa bibliográfica foi realizada no período de agosto a novembro de 2016, por meio de livros, artigos, dissertações, teses, portais do governo federal e cartilhas, disponíveis na internet e na Biblioteca da Unir (Universidade Federal de Rondônia - Campus de Cacoal). Buscou-se informações na Prefeitura Municipal de Presidente Médici, por meio de documentos oficiais e processos administrativos, bem como através de levantamento no Portal de convênios, utilizando a ferramenta de inovação SICONV, onde foram identificados 29 (vinte e nove) convênios firmados com o município, sendo 15 (quinze) no primeiro período, de 2009 a 2012, e 14 (quatorze) no segundo período, de 2013 a 2016. O roteiro de entrevista (ANEXO C) foi composto por 13 questões abertas, fundamentado por meio do embasamento teórico disposto na pesquisa, levantando os critérios utilizados para a tomada de decisão para adesão dos convênios pelo gestor do município.

Ressalta-se que foi aplicado o pré-teste em um dos setores da Prefeitura, com servidores que compõem a equipe de engenharia, na data de 17 de novembro de 2016, não sendo identificado nenhum problema de interpretação por parte dos entrevistados. A entrevista com o gestor do primeiro período ocorreu em 06 de maio do corrente ano.

O sujeito da pesquisa foi o gestor que esteve à frente do município no período de 2009 a 2012, sendo a pessoa mais indicada a fornecer os dados que possibilitassem chegar às respostas propostas nos objetivos

O único gestor que concordou com a pesquisa está identificado no decorrer da análise como G1. O participante da pesquisa concordou com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A) e têm suas informações preservadas.

Todas as ideias citadas apresentaram seus autores mencionados, não havendo fraude ou plágio por parte do pesquisador, conforme afirmado no Termo de responsabilidade (ANEXO B).

O Artigo de Conclusão de Curso ACC, seguiu o manual de elaboração de artigo científico do curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia Câmpus Professor

Gonçalves Quiles (SILVA; TORRES NETO; QUINTINO; 2010). Os dados numéricos foram tabulados utilizando-se de ferramentas do Excel, Word para demonstrar em figuras os resultados alcançados na pesquisa. Foi realizada análise dos conteúdos dos documentos oficiais e do texto decorrente da fala do entrevistado.

3 RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS

Situado na Mesorregião Leste rondoniense, o município de Presidente Médici, está inserido na microrregião de Ji-Paraná e foi elevado à categoria de município em 16 de junho de 1981. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) possui população estimada em 22.337 habitantes.

Como exposto, os dados apresentados na pesquisa foram coletados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, que correspondem ao período de 2009 a 2012 e 2013 a 2016. O município de Presidente Médici aderiu ao sistema de gerenciamento de convênios desde o seu surgimento em 2008. Desde então, vem realizando a proposição e captação de recursos federais por meio desta ferramenta de inovação. Para melhor compreensão, foi realizada uma entrevista com um dos gestores do primeiro período, com o propósito de entender como era realizado o processo de adesão e captação de recursos por meio de transferências voluntárias originárias da União para o município.

3.1 CRITÉRIOS PARA ADESÃO AOS CONVÊNIOS FEDERAIS DE INFRAESTRUTURA

O processo de proposição ou adesão aos convênios no município de Presidente Médici inicia-se com a abertura de programas disponíveis no Sistema de Gestão de Convênios - SICONV, provenientes de dotações orçamentárias alocadas no Orçamento Geral da União e são disponibilizadas de duas maneiras, de acordo com o TCU (2014):

a) Contemplação nominal do estado, do município ou da entidade privada sem fins lucrativos por meio da proposta do Executivo ou de emenda ao Orçamento da União por deputado federal ou senador. Ao ser publicada a Lei Orçamentária, já haverá previsão dos recursos para a consecução do objeto proposto na emenda;

b) Não contemplação explícita, mas o programa orçamentário destina recursos para a região onde se localiza o pretendente e prevê sua aplicação por meio de órgão ou entidade estadual, municipal ou não governamental (identifica-se essa previsão pelas seguintes modalidades de destinação: 30 – governo estadual; 40 – administração municipal; e 50 – entidade privada sem fins lucrativos);

Na análise de Gallo *et al.* (2016), a democratização na distribuição de recursos públicos por meio de transferências voluntárias foi ampliada com a implantação do SICONV. Logo, foi conferida às esferas uma igualdade no que tange à propositura de condições para postular por recursos federais.

Conforme explica a Tabela 1, as modalidades de propostas cadastradas no SICONV apresentam-se de duas formas: emendas parlamentares e propostas voluntárias.

Tabela 1: Modalidades de propostas cadastradas no SICONV 2009 - 2016

MODALIDADES	PERIODOS							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
EMENDAS PARLAMENTARES	4	6	2	1	5	2	1	3
PROPOSTAS VOLUNTARIAS	0	0	2	0	0	2	0	1
Σ	4	6	4	1	5	4	1	4

Fonte: Dados do SICONV, (2017)

Essas modalidades são mencionadas durante a entrevista com o G1, que explana sobre as formas e modalidades de captação de recursos praticados pelo município:

"Existe basicamente duas formas para se conseguir captar recursos para os municípios: principalmente na questão dos municípios abaixo de 50 mil habitantes porque também tem delimitações também por habitante essas seleções nosso caso é município de abaixo de 50 mil habitantes através de chamadas públicas[...] Existe também a possibilidade de você trabalhar outra modalidade a outra modalidade é através de emendas parlamentares tanto no governo estadual quanto no governo federal através dos deputados estaduais, deputados federais e senadores é outra possibilidade inclusive essa possibilidade é a que maior se implanta e se consegue liberar recursos para os municípios brasileiros então basicamente essas duas formas"(G1).

O entrevistado aponta as duas formas principais de adesão de convênios, em consonância com a Tabela 1, e percebe-se, nos períodos apontados, um número maior de

programas propostos no Orçamento da União, oriundos de Emendas Parlamentares. Essa diferença representa uma forte presença de indicações feitas por parlamentares e por bancadas do Congresso e da Câmara Federal.

Sobre os critérios adotados para decidir sobre o que será feito, G1 explicita:

"Você pode utilizar também basicamente dois ou mais critérios um dos primeiros critérios que deve ser observado é a necessidade do Município porque não adianta pleitear recurso pra se implantar no Município pra algum tipo de infraestrutura ou de atividade se não é aquilo que a população vai ser beneficiada ou seja o município, os gestores não poderão trabalhar isso se não há necessidade daquele bem ou daquela infraestrutura no município" (G1).

De acordo com o G1, o gestor deve observar fatores relevantes que condizem com a real necessidade do município, agir com responsabilidade no momento em que pretende pleitear um recurso para implantar obras de infraestrutura, e observar se irá atender as necessidades da população.

3.1.1 Planejamento no processo de adesão aos convênios de infraestrutura

A apresentação de um programa disponível para adesão de um convênio surge no portal do SINCOV por meio de uma lista disponível, tanto na área de acesso livre, quanto na área de acesso de proponentes credenciados, que podem ser Estados, Distrito Federal, Municípios e também por Entidades Sociais. Estes programas seguem uma metodologia já previamente determinada em atender tais entes e estabelecem critérios como percentual de contrapartida e possuem requisitos para obedecer características de apoio a ações e custeio de obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos.

Os programas são disponibilizados com tempo determinado para o cadastramento de propostas pelos entes federativos, onde serão avaliados de acordo com requisitos mínimos como: objeto, valor, duração, justificativa, capacidade técnica e agência de relacionamento a qual se refere à conta do convênio.

Conforme demonstra a **Fig.,2** o tempo disponível de cada programa é particular, podendo perdurar por meses, alguns dias ou até mesmo encerrar no mesmo dia. Desse modo, cabe ao gestor através de seus instrumentos de planejamento, aderir recursos por meio de

ações planejadas e orçadas. Nesse caso, as propostas devem ser cadastradas durante o período disponível no portal dos convênios.

Consultar Programas

Dados
Objetos
Regras de Contrapartida
Anexos
Lista de Item - Tipo de Despesa

Código do Programa	2200020170003
Órgão	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Órgão Executor	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Tipo de Instrumento	Contrato de Repasse
Qualificação da proposta	Proposta Voluntária
Programa Atende a	Administração Pública Municipal, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Empresa pública/Sociedade de economia mista
Nome do Programa	Fomento ao Setor Agropecuario - Investimento
Descrição	<p>APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO DO SETOR AGROPECUARIO - FINALIDADE: Incentivo e fomento a produção agropecuária de pequeno e médio porte, por meio da aquisição e fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas e de processamento agroindustrial; pela realização de obras agropecuárias de desenvolvimento rural; estradas vicinais, por meio da construção e adequação/readequação e de estradas vicinais.</p>
Instituição Mandatária	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Período de recebimento de Proposta Voluntária do programa	
Data Início Recebimento de Propostas	01/02/2017
Data Fim Recebimento de Propostas	31/12/2017
Observação	A análise da proposta está condicionada à existência de Dotação Orçamentária em favor do Proponente.
Critérios de Seleção	<p>1. Existência de dotação orçamentária para atendimento aos projetos. 2. Aprovação dos aspectos técnicos das propostas apresentadas; 3. Atender a critérios de legalidade estabelecidos pelo Decreto n 6170/2007 e pela Portaria Interministerial numero 507/2011; 4. Estar em situação de adimplência junto a União, mediante ao SIAFI, CADIN, CAUC e, ainda, junto a administração Estadual e Municipal. Apresentação de projetos neste programa não gera qualquer obrigação de contratação por parte do MAPA, uma vez que não se trata da formalização de instrumento de convênio, configurando apenas apresentação de peça preliminar indispensável a sua análise e, se for o caso, posterior celebração.</p>
Possui Chamamento Público/Concurso de Projetos?	Não
Ação Orçamentária	201720ZV
Estados Habilitados	Todos os Estados estão Aptos
Deve Apresentar Plano de Trabalho?	Sim

Figura 2: Preenchimento da solicitação de proposição de convênio no SICONV
Fonte: Portal de convênios SICONV, (2017)

Nos períodos compreendidos à pesquisa realizada no município de Presidente Médici, observou-se que a maioria das ações ou é realizada no momento em que o gestor toma conhecimento do programa ou já vêm determinada e oficializada por um parlamentar, por intermédio de ofícios, que têm por objetivo informar ao gestor a concessão do programa disponível no SICONV, para que o município possa cadastrar uma proposta que muitas vezes já possui um objeto determinado, sendo ele serviços ou equipamentos.

Ao aderir à um convênio pré determinado, o gestor acata ações não planejadas. No entendimento de Maximiano (2007), planejar significa preparar o futuro de uma organização por meio de um processo de tomada de decisões que serão colocadas em prática, afim de proporcionar uma melhor gestão.

O planejamento é uma prática essencial na administração - pública ou privada - devido aos benefícios que a utilização desta ferramenta traz às organizações. Entre eles, podemos destacar a elevação da eficiência, eficácia e efetividade da organização, pois contribui para evitar a desorganização nas operações, bem como para o aumento da racionalidade das decisões, reduzindo os riscos e aumentando as possibilidades de alcançar os objetivos da organização (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 123).

Para Mileski (2003), devido à inconsistência de atendimento aos serviços públicos locais, o poder público necessita planejar suas atividades e aplicá-las de maneira mais inteligente. Braz (2006) propõe que o gestor municipal tenha por obrigação zelar pelo processo duradouro de planejamento, a fim de propor a população o avanço na prestação de serviços públicos municipais. Assim, na visão do G1

"[...] Se inicia no planejamento a discussão o foco é por aqui mas há a necessidade também de haver essa integração das outras secretarias pra desenvolver as outras atividades, e de repente as outras secretarias têm profissionais lá que conseguem planejar um bom projeto e que a secretaria de planejamento nem tem esse profissional"(G1).

Desta forma, enfatizando a fala do G1, o município de Presidente Médici, através de seus instrumentos de planejamento: Planos Plurianual, Lei de Orçamento Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, reconhece em seu orçamento as receitas dos convênios, porém, de acordo com o que preconiza o PPA, do período de 2014 a 2017, "[...] não se projeta valores para as receitas provenientes de convênios, exceto as de caráter continuado, assinados junto ao Governo do Estado e Federal" (PPA - 2014 a 2017, Lei Municipal 1849/2013). Desse modo, sobre o PPA, G1 explica:

"[...] PPA que é o Programa Plurianual de Investimento que ele deixa o município planejado pra quatro anos [...] há necessidade já de constar todas essas programações de planejamento do município dentro desta peça, se não conseguir recurso não tem problema" (G1).

A explicação do G1 evidencia que é importante que o município utilize instrumentos de planejamento para previsão de receitas oriundas de recursos de transferências voluntárias em seu orçamento.

Para Andrade *et. al.*, (2006), a constante prática do planejamento na administração pública implica em corrigir distorções administrativas, alterar condições indesejáveis, remover empecilhos e alcançar metas essenciais, afim de inspirar os rumos da boa ou má gestão pública.

Na visão do entrevistado G1, o município que não possui receita suficiente para custear e desenvolver projetos de infraestrutura necessita ir em busca de programas disponíveis nos orçamentos da União e Estado, bem como por intermédio de parlamentares. Desta forma, explica:

"Algo, é, com certeza ele começa no planejamento com vários planejamentos, vários projetos, que os gestores no caso das gestões de Presidente Médici não tem muitas das vezes a fonte de recursos pra poder se buscar ela, mas se planeja ela e se desenvolve os projetos, há a necessidade de se fazer isso e aí se vai atrás do governo do Estado com as duas formas que existe a possibilidade das duas formas dos editais, das chamadas públicas, dos editais públicos e também através das indicações feitas pelos parlamentares de níveis estadual e federal e aí se vai se concretizando os recursos pra efetivar essas obras e muitas vezes também a gestão se descobre que tanto nas ferramentas orçamentárias, nas peças orçamentárias do governo do estado e do governo federal existe os programas lá e aquele programa sendo benéfico para desenvolvimento das pequenas localidades ou das pequenas regiões, das micro regiões e aí os municípios faz adesão disso então é por aí estas questões"(G1).

Evidencia-se que, para o entrevistado G1, a falta de empenho do gestor em buscar apoio em outras esferas de governo, reflete diretamente em seu desenvolvimento.

No entanto, como afirmam Teixeira e Santana (1995) o processo de legitimação das decisões na administração pública assume importância fundamental e procura adequar mecanismos democráticos de administração. As decisões são individuais, podendo ser precisas ou incorretas e ainda sim refletirem nos serviços prestados à sociedade.

3.2 TEMAS OU AÇÕES DOS PROJETOS

Os dados no portal de convênios descreve uma grande diversidade de ações e projetos cadastrados por municípios de todo o país. Os projetos têm como tema ações inerentes às demandas por serviços públicos essenciais como educação, saúde, assistência social e obras de infraestrutura, pactuados pelos gestores municipais.

De acordo com Meirelles (1996), serviço público é aquele oferecido pela administração pública através de seus agentes, de forma direta ou indireta, com o propósito de atender e satisfazer as necessidades de uma coletividade. Já no entendimento de Moraes (2007), os serviços de saúde, educação, justiça, segurança pública, transporte, entre outros, considerados essenciais, devem ser oferecidos regularmente com eficiência, obedecendo ao princípio da continuidade, ou seja, não podem ser interrompidos, pois atendem toda a coletividade.

Com o levantamento dos temas e ações dos projetos de infraestrutura cadastrados no SICONV, pelo Município de Presidente Médici, no período de 2009 a 2012, observa-se que foram captados, pelo gestor recursos que tiveram como objeto e finalidade atender áreas da saúde, educação, assistência social e cultura, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2: Recursos captados por meio de Convênios no período de 2009 a 2012

Ano Proposta	Objeto	Nome do Programa	Programa	Valor (R\$)
2009	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020090142	103.092,78
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020090197	459.186,67
	*	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	2060320090050	113.402,06
	**	Ministério da Saúde	3600020091361	530.934,88
2010	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100392	102.050,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100425	204.100,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100374	255.103,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100375	201.721,58
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100292	183.674,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100059	163.500,00
2011	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020110076	153.062,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020110340	306.122,45
	***	Ministério do Esporte	5100020080073	357.143,00
	***	Ministério do Esporte	5100020080073	357.143,00
2012	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020120214	306.500,00

Fonte: Elaborado pela autora com dados do SICONV(2017).

*Tipo de instrumento: Convênio; Qualificação da Proposta: Emenda Parlamentar

**Tipo de Instrumento: Contrato de Repasse; Qualificação da Proposta: Emenda Parlamentar

***Tipo de Instrumento: Contrato de Repasse; Qualificação da Proposta: Proposta Voluntária

A Tabela 2 demonstra a expressiva participação do Ministério da Defesa na concessão de transferências de recursos federais ao município, embora existam Ministérios que só liberam recursos por meio de emendas parlamentares. Diante do exposto, observa-se um número expressivo de convênios celebrados por meio de indicação de emendas parlamentares destinados a promover obras de infraestrutura no município. Correspondente a isso, o G1 comenta que:

"Muitas vezes, essa forma de indicação da emenda, ou seja, do recurso pelos parlamentares, é muitas vezes ela não consegue ser efetivada [...] muitas vezes isso não é efetivado porque o parlamentar tem horas que ele não conhece o local que precisa colocar esse recurso no projeto, aí corre o risco e muitas vezes perde esses recursos, então o correto que eu vejo é realmente discutir com o parlamentar antes de ele escrever essas, descrições, ou seja, essas rubricas no orçamento da União[...]" (G1).

Cabe destacar a explicação do G1, onde o mesmo faz um alerta sobre os recursos originários de indicações de parlamentares, pois nem sempre é conhecida a realidade do local para onde são destinadas quantias expressivas.

Segundo Conforto (1998), produzir serviços públicos com responsabilidade torna o gestor mais próximo da democracia e faz com que o representante eleito possa definir melhor suas escolhas e tomar decisões em consonância como o interesse do público que o escolheu, sua promoção é concomitante ao seu planejamento.

Em relação ao período de 2013 a 2016, analisado no SICONV, os temas das propostas do gestor seguem a mesma premissa do período anterior. Foram celebrados convênios e contratos de repasse que tiveram como escopo obras de infraestrutura para atender áreas da saúde, educação, assistência social, esporte e turismo, conforme a Tabela 3:

Tabela 3: Recursos captados por meio de Convênios no período de 2013 a 2016

Ano Proposta	Objeto	Nome	Programa	Valor (R\$)
2013	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130237	1.025.000,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130170	320.000,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130206	255.103,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130329	306.122,50
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130498	255.103,00
2014	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020140130	404.050,00
	**	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	5100020140001	252.530,00
	***	Ministério do Turismo - Apoio a projetos de infraestrutura turística	5400020140003	332.000,00
	***	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Estruturação da rede serviços de proteção social especial	5500020140015	460.000,00
2015	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020150319	505.000,00
2016	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020160009	505.000,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020160101	1.200.000,00
	**	Ministério da Saúde	3600020160040	500.000,00
	***	Ministério das Cidades Planejamento Urbano	5600020160013	500.000,00

Fonte: Elaborada pela autora com dados do SICONV (2017).

* Tipo de instrumento: Convênio; Qualificação da Proposta: Emenda Parlamentar

** Tipo de Instrumento: Contrato de Repasse; Qualificação da Proposta: Emenda Parlamentar

*** Tipo de Instrumento: Contrato de Repasse; Qualificação da Proposta: Proposta Voluntária

Os dados apresentados na Tabela 3, sinalizam a grande incidência de convênios e contratos de repasse que só se concretizaram devido à designação de uma emenda parlamentar. Como exposto na referida Tabela, apenas 3 (três) programas procederam de propostas voluntárias. Manifesta-se aqui também o mesmo critério de captação utilizado no primeiro período, onde o gestor busca, ou o município é contemplado por uma indicação política.

3.3 - FORMA DE GESTÃO DOS CONVÊNIOS APÓS A CONCLUSÃO DA AÇÃO

Nem todas as propostas realizadas pelo município de Presidente Médici, com o objetivo de aderir convênios de obras de infraestrutura cadastradas nos períodos de 2009 a 2012, se tornaram efetivamente convênios ou contratos de repasse, como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1: Situação dos Convênios cadastrados, no período de 2009 a 2012

Ano/ Convênios	Objetos	Situação no SICONV
2009	Ampliação do Centro de Atendimento aos Portadores de necessidades Especiais, sendo salas, Biblioteca e Banheiros	Prestação de Contas Aprovada
	Reforma do Hospital Municipal	
	Ampliação do Hospital Municipal	
	Infraestrutura de Parque de Exposições Agropecuária	
2010	Ampliação da Unidade de Portadores de Saúde de Deficiência	Prestação de Contas Aprovada
	Ampliação e Reforma do Hospital	
	Reforma e Ampliação do Prédio Administrativo	
	Construção da Capela Mortuária	
	Construção de Arquibancada no Parque de Exposições	
2011	Reforma do Estádio Municipal	Prestação de Contas Aprovada
	Ampliação a Unidade de Atendimento ao Portador de Deficiência	
	Ampliação do Hospital	
	Construção de 01 quadra coberta (E.M.F. – Junqueira Freire)	
2012	Construção de 01 quadra coberta (E.M.F. – Rio São Francisco)	Em Execução
	Construção da 1ª Etapa do Skate Park	Prestação de Contas em Análise

Fonte: Elaborado pela autora com dados do SICONV, (2017)

Pelo exposto no Quadro 1, as propostas que o município obteve êxito foram executadas e apresentada a prestação de contas aos respectivos Ministérios, nesse caso,

denominados concedentes do recurso e fiscalizadores de todo o processo: a captação, o processo de execução, a aprovação da prestação de contas final e a entrega definitiva da obra ao município. Porém, ainda existem dois convênios que não alcançaram seu êxito total. Sendo que um deles ainda está em fase de execução e outro com prestação de contas em análise. Isso chama atenção quanto à forma de gestão atribuída pelo gestor.

No entendimento da CGU (2005), os convênios são instrumentos que disciplinam as obrigações e as regras que devem reger as relações de dois ou mais partícipes (Governo Federal e Prefeitura, por exemplo) que tenham interesse em atingir um objeto comum, mediante formação de uma parceria.

Perguntado ao G1 entrevistado, como é feita a fiscalização e o acompanhamento desses convênios ou contratos de repasse, o mesmo discorre o seguinte:

"Bem, eles são aprovados esses projetos e liberados e aí se abre já um procedimento pra poder fazer a execução desse determinado projeto ele se inicia com o secretário municipal na secretaria respectiva à aquela ação, a onde o prefeito em seguida vai fazer a autorização e baseado nessa autorização até mesmo antes do processo de contratação respeitando as modalidades que tem que se adotadas são criadas comissões pra poder fazer o acompanhamento" (G1).

Para o entrevistado G1, há a necessidade de criação de comissões para acompanhar e fiscalizar obras e serviços e que elas devem ser formadas por servidores técnicos e específicos da Prefeitura, desde o início até a execução final dos convênios. Após esse processo de acompanhamento e fiscalização, os convênios ainda passam pelo crivo dos controladores do município e da União. Na concepção de Matias-Pereira (2012), a gestão pública deve ser planejada de tal modo que estabeleça o controle e a responsabilidade dos recursos.

Os convênios identificados no período de 2013 a 2016 representam o sucesso do município no momento da adesão dos recursos federais para obras de infraestrutura. Nesse período mais recente, fica evidenciado que a partir do momento que o gestor público adere ao recurso surge um termo de cooperação mútua entre o concedente, que pode tratar-se de um Ministério, e o conveniente, que é o município.

No entanto, observa-se que dos 14 (quatorze) convênios propostos apenas 2 (dois) encontram-se totalmente executados com prestação de contas aprovada e entregues ao

município. Outros 3 (três) foram executados mas ainda continuam com prestação de contas em análise. O restante, aderido pelo município, estão em fase de execução, sendo 8 (oito) no total e 1 (um) mantém a situação apenas de proposta e plano de trabalho aprovados, como elencados no Quadro 2:

Quadro 2: Situação do Convênios cadastrados no período de 2013 a 2016

Ano/Convênios	Objeto	Situação no SICONV
2013	Construção da sede da administração da Prefeitura	Em Execução
	Pavimentação	Prestação de Contas em Análise
	Reforma e ampliação da E.M.E.F. Professor Luiz Capilla	
	Complementação do Skate Park	
	Construção de 02 quadras de areia	Prestação de Contas Aprovada
2014	Reforma do Ginásio de Esportes	Em Execução
	Construção do Centro de Apoio ao Turista	
	Estruturação da rede de serviços de proteção social especial construção do CREAS	
	Pavimentação de vias urbanas	
2015	Construção da Feira do Produtor	Em Execução
2016	Construção de Prédio Público	Em Execução
	Construção de palco e arena para shows, conclusão da arquibancada e iluminação de áreas do Parque de Exposições	
	Reforma de unidade de atenção especializada em saúde	
	Pavimentação asfáltica	Proposta e Plano de Trabalho Aprovados

Fonte: Elaborado pela autora com dados do SICONV, (2017)

Os convênios e contratos de repasses desse período ou foram ou ainda estão sendo acompanhados e fiscalizados por um corpo técnico formado por profissionais habilitados em certas áreas, bem como por servidores públicos que compõem suas respectivas secretarias de origem e engenheiros do corpo técnico da Secretaria de Planejamento do município.

Os Ministérios têm representatividade assídua na adesão aos convênios, pois são eles que aprovam os objetos pleiteados pelos municípios, bem como exercem a função de acompanhamento e fiscalização dos recursos. No momento em que uma proposta se transforma em convênio, imediatamente são acionados os Ministérios que irão acompanhar todo o processo de execução, até a fase final, que é a prestação de contas. Portanto, como demonstram as Tabelas 4 e 5, fora identificada na pesquisa uma forte participação do Ministério da Defesa - Programa Calha Norte.

Tabela 4: Participação dos ministérios nos convênios firmados no período de 2009 a 2012

Ministérios	Frequência	Porcentagem
Ministério da Defesa	11	73%
Ministério da Saúde	1	7%
Suframa	1	7%
Ministério do Esporte	2	13%
Σ	15	100%

Fonte: Dados do Portal do SICONV, (2017)

Durante o período de 2009 a 2012, o Ministério da Defesa, especificamente o Programa Calha Norte, representa 73% dos convênios aderidos pelo Município.

Tabela 5: Participação dos Ministérios nos Convênios firmados no períodos de 2013 a 2016

Ministérios	Frequência	Porcentagem
Ministério da Defesa	9	64%
Ministério da Saúde	1	7%
Ministério do esporte	1	7%
Ministério das Cidades	1	7%
Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome	1	7%
Ministério do Turismo	1	7%
Σ	14	100%

Fonte: Dados do Portal do SICONV(2017)

Já no período de 2013 a 2016, a representatividade dos Ministérios é mais expressiva novamente pelo Ministério da Defesa - Programa Calha Norte, 64%. Os outros ministérios tem eventual participação no município, como concedentes.

Todos os convênios e contratos de repasses são determinados por um prazo de vigência. Ao acessar o SICONV, o município conveniente é alertado periodicamente sobre o início de sua vigência, até a data limite para prestação de contas. Após a execução total dos convênios de infraestrutura pelo município e finalizada a prestação de contas final, o ministério concedente fará uma vistoria na obra, para então emitir parecer conclusivo de aprovação ou não do convênio. Neste caso, a relevância da obra é controlada pelos órgãos externos da União.

Perguntado ao G1, se são medidos os impactos das obras de infraestrutura pelo município, o mesmo explica que:

"Eu não tenho presenciado ainda essa ferramenta de medição eu tenho visto os órgãos de controle externo ele já está alertando isto a todo tempo que tem que haver a medição dessas aplicações de recurso, qualquer recurso aplicado ele tem que ser medido pra poder verificar se aquele custo realmente tá trazendo benefício [...]o objetivo é tirar, é melhorar a qualidade de vida das populações, é mudar uma série de coisas é você fazer com que o índice de desenvolvimento do município ele seja, ele esteja cada vez melhor né, porque se ele cair ou ficar abaixo vai caracterizar que nós estamos cada dia ficando mais pobre, se a população empobrecer o município é um município pobre, se a população melhorar nós vamos ter um município rico então tem que se medir e fazer as ações que tem que se fazer" (G1).

O G1 expõe que se houver aferição de quanto de benefício está se produzindo na comunidade, automaticamente irá refletir na qualidade de vida da população. Com isso, o gestor será capaz de mudar uma série de indicadores de desenvolvimento. *"o município é um município pobre, se a população melhorar nós vamos ter um município rico então tem que se medir e fazer as ações que tem que se fazer"* (G1). Neste pensamento o gestor reconhece a importância de medir impactos decorrentes de construções de obras públicas na comunidade.

Quanto ao conceito de medir o impacto dessas obras de infraestrutura que vêm sendo realizadas não só no período abordado pela pesquisa e sim de longa data, não foi identificado nem no portal de gestão de convênios, nem pelo G1 entrevistado, sendo apenas demonstrado claramente a sua preocupação e que reconhece ser de extrema relevância. Ele explica que deve ser medido tanto o impacto de infraestrutura quanto o impacto social, e até mesmo de saúde pública.

A sua visão sobre o que poderia ser mudado em todo o processo para possibilitar uma melhor implantação de obras de infraestrutura, desde o processo decisório de adesão, G1 expõe:

"Um dos maiores gargalos, principalmente que os pequenos municípios possui na melhoria é tanto pra poder você poder fazer a captação como pra aplicar é a necessidade de haver a captação também de recursos junto desses projetos pra você possibilitar essa contratação e aumentar a quantidade de técnicos na prefeitura que os projetos nenhum que a gente vê não financia nada pra você aplicar em contratação de técnicos pra você melhorar tanto a qualidade na captação como melhorar a qualidade da aplicação então um dos grandes gargalos hoje, os gargalos que estão atrapalhando os municípios hoje serem melhor é essa questão de terem recursos pra poder se melhorar a quantidade de técnicos e profissionais dentro da gestão municipal" (G1).

A análise final é que o município, ao longo dos períodos pesquisados no portal de convênios SICONV, conseguiu aderir a um número considerável de convênios e contratos de

repassa que tiveram como objeto obras de infraestrutura, o que propiciou um maior desenvolvimento de atividades no local. Os gestores dos períodos analisados utilizaram a ferramenta de inovação SICONV para propor e aderir aos programas disponíveis correspondentes aos Ministérios, como também foram atendidos por meio de programas específicos que já haviam sido orçados na União por indicação de emendas de parlamentares, representantes do Estado. Dessa forma, o critério de adesão dos gestores fica circunscrito em atender a efetiva realidade do município ou simplesmente acolher indicações políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse estudo, foi possível observar a relevância da administração pública municipal em gerir recursos federais resultantes de transferências voluntárias que anualmente compõem o orçamento da União, por meio de propostas voluntárias dos ministérios e por emendas parlamentares. Constatou-se também, que com a autonomia dos municípios foi-lhes transferida a responsabilidade de proporcionar melhor qualidade de vida à sua população, embora parte deles não se sustentem com receitas de arrecadação própria. Portanto, a pesquisa utilizou a ferramenta de inovação do Sistema de gestão de convênios e contratos de repasse SICONV para identificar o processo de adesão aos convênios utilizados pelos gestores do município de Presidente Médici, para atender obras de infraestrutura.

A pesquisa iniciou-se com a extensa pesquisa bibliográfica, com o propósito de uma sólida fundamentação teórica com autores que tratam do tema. Neste sentido, foi demonstrada a concepção de administração pública, bem como a sua finalidade em planejar ações com a responsabilidade, e de produzir resultados satisfatórios de uma determinada população. Foi utilizado o portal de convênios do governo federal para buscar informações precisas referentes aos períodos propostos na pesquisa. Através da ferramenta de inovação SICONV e da entrevista realizada com um dos gestores, foi constatado o processo de adesão aos convênios de obras de infraestrutura realizada pela Prefeitura de Presidente Médici, no período de 2009 a 2016.

Constatou que os objetivos foram alcançados, pois com o levantamento dos dados no portal e com a entrevista foi possível identificar que o processo de adesão aos convênios de obras de infraestrutura ocorrem por dois meios: emendas parlamentares ao orçamento da

União que já chegam pré-determinadas ao município; propostas voluntárias onde o gestor determina seu projeto, de acordo com a linha de programa disposto em cada ministério. Ficou demonstrado que o sistema de convênios criado pelo governo federal é o principal elo entre os entes federados, pois permite a transparência no acompanhamento e a fiscalização no processo de execução de obras de infraestrutura.

De acordo com os dados do portal de convênios, há uma crescente preocupação do município em buscar recursos federais. Um detalhe importante e que nos chama atenção é o número de convênios que só foram celebrados por intermédio de parlamentares da Câmara e do Congresso Nacional, principalmente os disponíveis pelo Ministério da Defesa - Programa Calha Norte, que opera exclusivamente com emendas parlamentares.

Esta pesquisa analisou dados da entrevista realizada com um único gestor que relatou dados pertinentes à adesão aos convênios, bem como descreveu alguns processos de planejamento e gestão desses recursos, expondo sua visão quanto às mudanças que poderiam ser realizadas na metodologia aplicada pelo município.

Foram apontados, pelo gestor, fatores relevantes e necessários ao sucesso no desenvolvimento de convênios pelo município, pois o mesmo não possui estrutura física nem suficientemente técnica para uma gestão eficaz dos recursos captados.

Contudo, é importante que o município desenvolva melhor suas ferramentas de planejamento, para que a adesão aos recursos públicos tenha maior eficiência e como reflexo uma melhor aplicabilidade de políticas públicas para sua comunidade. Neste caso, este conceito também se aplica ao gestor, no momento em que ele busca parcerias parlamentares. É importante que se conheça a realidade do local para onde se destina dinheiro o público, neste caso, é essencial a sociedade participar deste processo de planejamento e poder se manifestar quanto à pertinência da obra.

Dessa forma, planejar ações com compromisso e empregar políticas públicas com responsabilidade implica na ascensão dos indicadores sociais, bem como no desenvolvimento do município. Portanto, a pesquisa foi de extrema importância, visto que demonstrou os critérios de adesão aos convênios federais de obras de infraestrutura, utilizados pelos gestores que estiveram à frente do município de Presidente Médici nos períodos de 2009 a 2016.

Como propostas a trabalhos futuros, sugere-se também como estudo o impacto dos recursos federais provindos de emendas parlamentares por meio do Ministério da Defesa - Programa Calha Norte nos municípios do Estado de Rondônia. Também sugere-se um estudo da democratização estabelecida pelo SICONV, para captação de convênios e contratos de repasse em municípios do interior do Estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

- 1 ANDRADE, Nilton de Aquino *et al.* **Planejamento governamental para municípios**: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. São Paulo: Atlas, 2006.
- 2 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- 3 _____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 25 nov. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 07 out. 2016a.
- 4 _____. Decreto nº 5.504 de 05 de agosto de 2005. Estabelece a exigência de utilização de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizados em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 ago. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5504.htm>. Acesso em: 10 out. 2016b.
- 5 _____. Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e da outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 26 jul. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>. Acesso em: 13 out. 2016c.
- 6 _____. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 22 jun. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 30 set. 2016d.

7 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 mar. 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 25 ago. 2016e.

8 _____. Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 mai. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 30 ago. 2016f.

9 _____. Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 18 jul. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016g.

10 _____. **Portal dos Convênios**. Brasília, 2016. Disponível em: <www.convenios.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2016h.

11 _____. Portaria Interministerial nº 507 de 24 de novembro de 2011. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 127/MP/MF/CGU, de 29 de maio de 2008 e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 28 nov. 2011. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/legislacao/portarias/portaria-interministerial-n-507-de-24-de-novembro-de-2011>>. Acesso em: 24 out. 2016i.

12 Tribunal de Contas da União. **Convênios e outros repasses**. Brasília: Secretaria - Geral de Controle Externo, 2014. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/1>>. Acesso em: 16 set. 2016j.

13 _____. _____. Brasília: Secretaria - Geral de Controle Externo, 2016. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/1>>. Acesso em: 16 set. 2016l.

14 BRASIL, Lei municipal 1849/2013 de 10 de setembro de 2013. Dispões sobre o Plano Plurianual - para exercício de 2014-107 município de Presidente Médici/RO.

15 BRAZ, Petrônio. **Direito municipal na constituição**. Leme: J. H. Mizuno, 2006.

16 CONFORTO, Gloria. Descentralização e regulação da gestão de serviços públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 1, p. 27-40, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/7681>>. Acesso em: 23 out. 2016.

- 17 CAMPELLO, Carlos A. G. B., MATIAS, Alberto Borges. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

- 18 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. Planejamento Municipal – Brasília: CNM, 2013. Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Planejamento%20Municipal%20\(2013\).pdf](http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Planejamento%20Municipal%20(2013).pdf)>. Acesso em: 11 set. 2016.

- 19 CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Gestão de recursos federais**. Manual para agentes municipais. Brasília/DF, 2005.

- 20 DE ALMEIDA, Marcus Irineo Carvalho; QUEIROZ, Filipe Lima. **Balanced Scorecard como ferramenta do planejamento estratégico na administração pública: o caso da secretaria de infraestrutura do município de Cedro-CE**. Disponível em: <<http://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/ADM/B%20S%20C%20COMO%20FERRAMENTA%20DO%20PLANEJAMENTO%20ESTRATEGICO%20NA%20ADMINISTRACAO%20PUBLICA%20O%20CASO%20DA%20SECRETARIA%20DE%20INFRAESTRUTURA%20DO%20MUNICIPIO%20DE%20CEDRO%20CE.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

- 21 ECKERT, Júnior Alberto. **As dificuldades enfrentadas pelos municípios gaúchos na efetivação de convênios com a união: o caso prático da região do Vale do Taquari**. 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29845>>. Acesso em: 23 out. 2016.

- 22 GALLO, Zildo et al. Captação de recursos pelo sistema siconv–avaliação dos entraves encontrados em municípios de pequeno porte. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 1, p. 1067-1087, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2666>>. Acesso em: 16 out. 2016.

- 23 GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

- 24 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Cidades**. Rondônia. Presidente Médici. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110025&search=||info%20gr%20El%20f%20icos:-informa%20E%20F%205%20es-completas>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

- 25 IGNARRA, Renata. **Monitoramento de recursos de transferências voluntárias na esfera municipal**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Acesso em: 23 out. 2016.

- 26 MANEA, Mariângela Corrêa. **O papel da central de projetos no atendimento das demandas de obras públicas do município de Canela**. Trabalho de Conclusão de Curso

(Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012. Acesso em: 12 ago. 2016.

27 MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2012.

28 MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

29 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

30 MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional administrativo**. São Paulo: Atlas, 2007.

31 MILESKI, Helio Saul. O controle da gestão pública. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2003.

32 MOGNATTI, Marcos César de Farias. **Transparência e controle na execução das emendas parlamentares ao orçamento da União**. Trabalho de conclusão Curso (Monografia Curso de Especialização em Orçamento Público) Parceria pelo Instituto Serzedello Côrrea do Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal – 2º Semestre 2008. Brasília, DF.

33 SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. Niterói, RJ: Impetus, 2005.

34 SILVA, Adriano Camiloto da. TORRES NETO, Diogo Gonzaga. QUINTINO, Simone Marçal (Orgs.). **Manual do Artigo Científico do Curso de Administração**. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Cacoal: 2010.

35 SOARES, Márcia Miranda. **Repasses financeiros e voluntários a da União aos municípios brasileiros: condicionantes políticos, sociais e técnicos**. 8º encontro da ABCP. *Anais...* Gramado - RS, p.4, 2012. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/28_6_2012_20_41_27.pdf>. Acesso em: 11ago. 2016.

36 TEIXEIRA, Helio Janny; SANTANA, Solange Maria: **Remodelando a gestão pública**. uma revisão dos princípios e sistemas de planejamento, controle e avaliação de desempenho. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1995.

37 TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

38 VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

ANEXO

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa **GESTÃO DE CONVÊNIOS FEDERAIS DE INFRAESTRUTURA PELA PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI, UTILIZANDO A FERRAMENTA DE INOVAÇÃO SICONV** o caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisadora ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

PROGRAMA: Título de Bacharel em Administração – Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Denize dos Santos

ENDEREÇO: Avenida Porto Velho nº 2226, Bairro: Ernandes Gonçalves, Presidente Médici/RO.

TELEFONE: (69) 9 9372-2210

OBJETIVOS:

- 1) Levantar os critérios utilizados para a tomada de decisão ou adesão dos convênios;
- 2) Descrever os objetos dos convênios (temas ou ações dos projetos);
- 3) Verificar a forma de gestão desses convênios após conclusão da ação.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Os dados coletados serão tabulados e analisados para fechamento do Artigo para Graduação no curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia.

RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo ao participante.

BENEFÍCIOS: Incentivar a gestão planejada no momento de adesão aos convênios públicos federais.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto ou pagamento com sua participação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Garantia de sigilo que assegure a sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os dados e o seu nome não serão divulgados.

Assinatura do Participante: _____

ANEXO B: TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Denize dos Santos, DECLARO para todos os fins de direito e que se fizerem necessários que isento completamente a Fundação Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles em Cacoal, o orientador e os professores indicados para comporem o ato de defesa presencial, de toda e qualquer responsabilidade pelo conteúdo e ideias expressas no presente trabalho de conclusão de curso.

Estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado.

Cacoal / RO, 03 de julho de 2017.

Denize dos Santos

ANEXO C: ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA PESQUISA

Roteiro de Entrevista para pesquisa sobre a GESTÃO DE CONVÊNIOS FEDERAIS DE INFRAESTRUTURA PELA PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI, UTILIZANDO A FERRAMENTA DE INOVAÇÃO SICONV.

1. Como ocorre o processo de adesão de convênios públicos federais no Município de Presidente Médici?

2. Quais os critérios utilizados para a tomada de decisão para a adesão de convênios pelo gestor?

3. Como é realizado este processo de captação de convênios pelo Município?

4. Em sua opinião, este processo de adesão é planejado? De que forma?

5. Como é feita a escolha dos temas e finalidade dos projetos?

6. Como é disposto o processo de captação de recursos federais na elaboração do PPA, LDO e LOA?

7. Na sua opinião, qual a importância do planejamento governamental em aderir recursos e destiná-los a atender as demandas por políticas públicas locais?

8. Quem participa do processo de adesão de convênios? Quais pessoas e setores.

9. A Prefeitura consegue atender satisfatoriamente a demanda com a sua atual estruturação física?

10. Como é o relacionamento intersetorial do gestor no decorrer do processo decisório de adesão desses convênios?

11. De que forma é a fiscalização e acompanhamento dos convênios de infraestrutura, no

Município?

12. É medido o impacto das obras de infraestrutura executadas, na comunidade? Se sim, de que forma é medido este impacto?

13. Qual a sua visão sobre o que poderia ser mudado em todo o processo para possibilitar uma melhor implantação de obras de infraestrutura, desde o processo decisório de adesão?
